

Estudo sobre as características do termo “acervo” na Norma Brasileira de Descrição Arquivística

Larissa Pereira Carlini Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9052-7460>
larissapcarlini@hotmail.com

Danilo Ribas Barbiero Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1383-7972>
danilo.barbiero@ufsm.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar as características do termo “acervo”, visto que sua utilização e aplicação em materiais relacionados à Arquivologia não corresponde, muitas vezes, ao significado estabelecido no glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Diante disso, o estudo parte da descrição arquivística, perpassando as diferentes definições sobre Terminologia e algumas questões pertinentes à equivalência terminológica. A pesquisa configura-se metodologicamente como uma pesquisa básica do tipo descritiva, de natureza qualitativa, utilizando-se de fontes documentais, sendo a principal dessas a NOBRADE; também pode-se caracterizá-la como um estudo exploratório, visto a escassez de pesquisas sobre o tema. Ademais, a pesquisa caracteriza-se como interdisciplinar, por envolver termos apropriados pela Arquivologia com uma metodologia estabelecida pela Terminologia. A coleta de dados foi realizada com o auxílio de uma ficha terminológica adaptada às necessidades da pesquisa. A análise das relações de equivalência foi feita sob a ótica da Teoria Comunicativa da Terminologia. Como resultado, a análise captou a inabilidade do glossário da NOBRADE em transmitir o significado e a definição do termo “acervo” em seu uso real. Desse modo, a contribuição da pesquisa à comunidade científica, especialmente aos arquivistas e aos tradutores, reside no desenvolvimento de uma ferramenta (mesmo que de forma experimental) que auxilia na compreensão dos múltiplos significados que um termo possui em uma única língua, neste caso o termo “acervo”. Assim, o reconhecimento das diferentes dimensões conceituais que um termo pode assumir, enfatizando termos utilizados com frequência – como “acervo”, que é uma das sínteses do patrimônio cultural arquivístico e um dos principais objetos de ação do arquivista – favorece a pluralidade política dentro de uma área do conhecimento.

Palavras-chave Arquivologia. Terminologia. Terminologia arquivística. Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Acervo.

Study on the characteristics of the term “collection” in the Brazilian Standard of Archivist Description

Abstract This article aims to investigate the characteristics of the term “collection”, since its use and application in materials related to Archival Science often does not correspond to the meaning established in the glossary of the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE). In view of this, the study starts from the archival description, passing through the different definitions of Terminology and some questions related to terminological equivalence. The research is methodologically configured as a basic research of the descriptive type, of a qualitative nature, using documentary sources, the main one being NOBRADE; it can also be characterized as an exploratory study, given the scarcity of research on the subject. Furthermore, the research is characterized as interdisciplinary, as it involves terms appropriated by Archival Science with a methodology established by Terminology. Data collection was carried out with the aid of a terminology form adapted to the needs of the research. The analysis of equivalence relations was carried out from the perspective of the Communicative Theory of Terminology. As a result, the analysis captured the inability of the NOBRADE glossary to convey the meaning and definition of the term “collection” in its actual use. In this way, the contribution of research to the scientific community, especially to archivists and translators, lies in the development of a tool (even if experimentally) that helps in understanding the multiple meanings that a term has in a single language, in this case the term “collection”. Thus, the recognition of the different conceptual dimensions that a term can assume, emphasizing frequently used terms – such

as “collection”, which is one of the syntheses of the archival cultural heritage and one of the main objects of action of the archivist – favors political plurality within an area of knowledge.

Keywords *Archival Science. Terminology. Archival Science Terminology. Brazilian Standard of Archival Description. Collection.*



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 16/09/2022
Aprovado em 30/10/2022
Publicado em 01/01/2023

1 INTRODUÇÃO

[As leis] devem ser tão próprias ao povo para o qual foram feitas que seria um acaso muito grande se as leis de uma nação pudessem servir para outra (MONTESQUIEU, 2000, p. 16).

A ideia de identidade legislativa desenvolvida por Montesquieu (2000), além de aplicada às normas de uma sociedade, pode ser aplicada à linguagem, sendo essa definida como uma codificação em símbolos (palavras, sons, gestos etc.) de uma cultura. Assim, em síntese, toda cultura possui língua própria, ou seja, “[...] o modo como uma língua designa determinado conceito decorre da visão de mundo de seus falantes” (OLIVEIRA, 2015, p. 31). Em relação ao conjunto de palavras (termos) de uma área técnica ou científica, ao reconhecer a dimensão cultural da linguagem, admite-se que essas possuem tanto um viés social quanto um viés terminológico. O estudo dos termos, ou seja, o estudo das palavras utilizadas por uma área do conhecimento é a atividade principal da Terminologia.

Assim sendo, a Terminologia é uma disciplina científica que possui uma dimensão teórica e uma dimensão aplicada. Desde o princípio, a Terminologia é ligada aos contextos social, econômico e político nos quais se insere. Pode-se relacionar, inclusive, alguns de seus principais marcos teóricos às mudanças de paradigma na história da humanidade: no século XVIII, durante a expansão do conhecimento e o crescimento da tecnologia e das comunicações, a terminologia era vista como uma ferramenta, sendo utilizada para a superação das dificuldades associadas a esses múltiplos desenvolvimentos (REY, 1995); no século XIX, devido à internacionalização das ciências, os pesquisadores de diferentes áreas perceberam a necessidade de estabelecer regras de nomenclatura. Com essa finalidade, foram realizados os congressos e/ou colóquios internacionais de botânicos (1867), zoólogos (1889) e químicos (1892).

Entretanto, apenas nas últimas décadas do século XX, a Terminologia passou a ser vista como uma disciplina científica, em parte, devido a algumas inovações propostas à área, sendo elas: a Teoria Geral da Terminologia (TGT), por Eugen Wüster; a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), por Maria Teresa Cabré Castellví; a Socioterminologia, por François Gaudin; e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), por Rita Temmerman. Nesse sentido, a TGT foi sistematizada pelo engenheiro Eugen Wüster e publicada postumamente em 1979, pelo terminólogo Helmut Felber. Ademais, a TGT está relacionada ao propósito pragmático do favorecimento da comunicação científica no plano internacional, preocupando-se quanto ao estabelecimento de metodologias para o tratamento de unidades terminológicas, baseando-se no princípio de que os termos são denominações de conceitos (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Sobre isso, Maria Teresa Cabré Castellví, em 1992, contrapondo o caráter prescritivo da TGT, defendeu a valorização dos aspectos comunicativos em detrimento dos propósitos normalizadores da terminologia de Wüster, estabelecendo assim, as bases teóricas da TCT. Para a TCT, “[...] uma unidade lexical pode assumir o caráter de termo em função de seu uso em um contexto e situação determinados” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35), ou seja, *a priori* não existiriam termos; estes viriam a existir apenas em um contexto específico, no caso, na comunicação técnica ou científica.

Já em 1993, François Gaudin postulou a Socioterminologia, vertente teórica que “[...] considera os fenômenos constitutivos das **línguas de especialidades** em toda a sua abrangência discursiva e pragmática” (SILVA, 2008, p. 72, grifo do autor), analisando o léxico técnico e científico sob a perspectiva linguística de interação social. Dessa maneira, a Socioterminologia preocupa-se em localizar a comunicação especializada em seu lugar social. Após, fundada por Rita Temmerman, em 2000, a TST pressupõe que “[...] os termos são unidades de compreensão e de representação, funcionando em modelos cognitivos e culturais” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 37). Por esse viés, o conhecimento seria estruturado em *frames* cognitivos, sendo esses padrões sociocognitivamente modelados.

A dimensão aplicada da Terminologia caracteriza-se, desse modo, por produzir instrumentos de organização formal de termos, como glossários, dicionários, vocabulários etc. E, apesar de restringir-se a um domínio de especialidade, a dimensão aplicada da Terminologia configura-se atividade de valor social por contribuir à solução de problemas informacionais e comunicativos e, buscando, por meio das teorias da Terminologia, a harmonização dos termos e a redução de ruídos terminológicos manifestados por uma área do conhecimento. Dessa forma, a Arquivologia, assim como qualquer disciplina do conhecimento científico, possui um conjunto de termos com significação própria. Este conjunto de termos é chamado de terminologia arquivística. Em âmbito brasileiro, como forma de reconhecimento da dimensão cultural dos termos, adota-se a terminologia arquivística brasileira.

Entretanto, apesar de existir um entendimento entre pesquisadores e profissionais de que há termos com um significado único à Arquivologia, para Fonseca (2005) e Balmant (2016), a terminologia arquivística brasileira apresenta grandes ruídos terminológicos, tornando-se relevante para a pesquisa o estudo sobre aspectos teóricos que envolvem a equivalência de termos. Segundo Fonseca (2005, p. 98-99), a terminologia arquivística é delicada, pois “[...] a relação termo e conceito nem sempre é clara e ‘amigável’, porque se trata de traduzir termos e conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas”. Por sua vez, Balmant (2016, p. 21), “[...] verifica que uma terminologia [arquivística] ‘consolidada’ não

existe na realidade brasileira e que o grau de homogeneidade e consonância entre as publicações terminológicas da área é baixo”.

Em relação à produção científica sobre a terminologia arquivística, no ano de produção deste trabalho, em 2019, foram encontradas, majoritariamente, obras de ordem reflexiva, localizando-se apenas duas pesquisas de cunho aplicado voltadas à temática. A primeira pesquisa intitula-se *Análise Comparativa de Termos Arquivísticos em Língua Portuguesa* (2015) e a segunda, denomina-se *Terminologia Arquivística Brasileira: estudo exploratório de publicações e termos* (2016). Ademais, a descrição arquivística, por possuir como característica primordial a aproximação dos documentos com o acesso, torna-se uma ferramenta de extrema importância ao arquivista. No que tange à prática da descrição arquivística, essa adquire uma dimensão normativa: as normas.

Nesse sentido, as normas de descrição arquivística, importante instrumento para a padronização, representam elementos basilares à manutenção da Arquivologia em determinado território. Em âmbito brasileiro, a norma de descrição promulgada é a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Portanto, a redução dos ruídos terminológicos na descrição arquivística corrobora para o desenvolvimento da função dos arquivos perante a sociedade. Assim, a pesquisa foi delimitada metodologicamente à utilização do termo “acervo”, presente na Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Diante disso, o interesse pela temática aflorou-se quando, ao defrontar-se com a terminologia arquivística, não ocorreram entendimentos a respeito dos significados dos termos pertencentes à área, em especial aos termos culturalmente carregados, como o termo “acervo”, um dos principais conceitos relacionados à Arquivologia. Para tanto, tendo em vista a diminuição dos ruídos terminológicos na descrição arquivística, a partir do objetivo de investigar o termo “acervo”, tem-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as características e a dimensão aplicada das relações de equivalência de significado que envolvem o termo “acervo” no glossário da Norma Brasileira de Descrição Arquivística?

2 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

[...] uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o podendo este constituir uma **ordem** de fenômenos, um **domínio** novo ou um modo novo de **relação** entre certos dados [...]. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência (BENVENISTE, 1989, p. 252, grifo do autor).

Seguindo a lógica de Benveniste (1989), a denominação de conceitos por uma ciência ou

área do conhecimento marca uma etapa vital ao desenvolvimento dessa, assumindo duas facetas complementares: a primeira, referindo-se ao panorama normativo, por meio da criação de termos para a designação de processos, fatos etc., que acontecem dentro de uma área do conhecimento; a segunda, referindo-se ao panorama simbólico, por meio da adoção e apropriação desses mesmos termos pela comunidade da área. Dessa maneira, o processo de denominação de termos não se restringe a neologismos¹, encontrando vertentes no momento da aplicação (o termo *in vivo*) no texto técnico-científico.

Assim, pretende-se apresentar, de forma sumária, a descrição enquanto processo da Arquivologia, enfocando alguns instrumentos normativos que respaldam a prática, com ênfase na NOBRADE. Dessa forma, de acordo com o Dicionário de Termos Arquivísticos (1989), a descrição caracteriza-se como uma “atividade fundamental do arquivista” (NAGEL, 1989, p. 33) e também como um “processo intelectual de sintetizar elementos formas e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir” (NAGEL, 1989, p. 33).

Além disso, a mudança de paradigma da descrição arquivística está intimamente ligada às necessidades apresentadas por usuários da informação. Segundo Bellotto (2006, p. 176), “desde o século XIII, a arquivística registra a existência de inventários de documentos de várias comunas francesas”. Portanto, neste primeiro momento, a descrição arquivística destinava-se à produção de instrumentos de pesquisa, voltando-se à organização documental. Entretanto, a publicação da obra intitulada *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*, no século XIX, escrita pelos holandeses Muller, Feith e Fruin demarcou uma mudança nos paradigmas arquivísticos, sendo o primeiro manual a tratar a Arquivologia de maneira científica, impulsionando publicações concernentes à área pelas últimas décadas do século XIX e por todo o século XX.

Por conseguinte, tem-se a criação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística também conhecida como ISAD (G), que foi publicada pela primeira vez no ano de 1990 pela Comissão *ad hoc* para as Normas de Descrição. “Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” ISAD (G) (p. 11). Posteriormente, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF), que possui duas edições, sendo a primeira publicada em 1996 e a segunda publicada em 2004, no Congresso Internacional de Arquivos de Viena, destacou-se. Ela “[...] dá diretivas para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades

¹ Processo de criação de uma nova palavra (nesse caso, termo) ou a atribuição de um novo significado a essa.

(entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A terminologia possui diversas definições, apresentando característica de polissemia², ou seja, a multiplicidade de sentidos atribuída ao seu significado. Nesse sentido, para Cabré Castellví (1995, p. 2, tradução nossa), a terminologia relaciona-se a pelo menos três noções: “a) a disciplina; b) a prática; c) e ao produto gerado por essa prática”³. Enquanto disciplina, a Terminologia é a ciência básica e aplicada voltada ao estudo do léxico⁴ especializado; enquanto prática, é a metodologia destinada à coleta e à descrição de termos e, enquanto produto, refere-se ao produto gerado por essa prática (CABRÉ CASTELLVÍ, 1995). Desse modo, cientes da polissemia de “terminologia”, Krieger e Finatto (2004, p. 13, grifo dos autores), afirmam que “com o sentido de conjunto de termos, **terminologia** é aqui grafada com **t** minúsculo; com **T** maiúsculo, quando referida como um campo de estudos ou disciplina”.

Assim sendo, Terminologia, enquanto disciplina científica, tem como objeto de estudo “[...] o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por eles designados” (BARROS, 2004, p. 34), isto é, tanto o termo quanto a definição são passíveis de estudo. Definido como “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (ISO:1087, 1990, p. 5 *Apud* BARROS, 2004, p. 39-40), o termo é “[...] uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico” (BARROS, 2004, p. 40), ou seja, uma unidade lexical que, quando apropriada por uma disciplina ou técnica, apresenta uma noção única. Por sua vez, Barros (2004, p. 60) caracteriza a unidade lexical “[...] pela não-separabilidade dos elementos que a realizam do ponto de vista fonético e é identificada pela comutação no sintagma ou frase”. Por essa perspectiva, uma unidade lexical e, conseqüentemente, um termo, pode conter uma ou mais palavras em sua composição, formando até mesmo frases.

Enquanto objeto de estudo da Terminologia, a definição é compreendida como uma “representação de um conceito por uma declaração descritiva que serve para diferenciá-lo dos conceitos relacionados” (ISO, 2000, p. 6, tradução nossa)⁵. Pela análise de definições, por exemplo,

²Polissemia é “termo usado na análise semântica para caracterizar um item lexical com uma variedade de significações diferentes, como **manga**: ‘parte da camisa’, ‘parte de um abajur’” (CRYSTAL, 2000, p. 202-203, grifo do autor).

³“a) a la disciplina; b) a la práctica; c) al producto generado por esa práctica”.

⁴Léxico é um “termo usado na Linguística para caracterizar o vocábulo de uma língua e uma variedade de expressões técnicas” (CRYSTAL, 2000, p. 157-158). Ou seja, o léxico pode ser considerado como o conjunto de palavras (escritas ou faladas) por um indivíduo ou grupo.

⁵“Representation of a concept by a descriptive statement which serves to differentiate it from related concepts”.

torna-se possível o mapeamento das múltiplas dimensões abrangidas por um conhecimento.

Em relação ao estabelecimento de equivalências, para Silva (2008, p. 113), esse é um processo é árduo, requerendo-se muito cuidado para não se propor “equivalências errôneas ou equivalências que, a princípio, podem parecer absolutas, mas que possuem matizes peculiares a uma ou a outra língua que as distanciam em dados contextos”. Portanto, encontrar a equivalência perfeita entre duas línguas, nem sempre é possível. Nesse sentido, Robert Dubuc apresenta uma proposta que divide os graus de equivalência entre equivalentes e correspondentes. Segundo ele, os equivalentes são os que “apresentam uma identidade completa de sentido e de uso em um mesmo domínio de aplicação” (DUBUC, 1992, p. 55).

4 METODOLOGIA

A seleção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e do termo “acervo” para a análise comparativa deu-se porque esse é um termo bastante utilizado em discursos e materiais da Arquivologia, sendo, inclusive uma das sínteses do significado de patrimônio cultural arquivístico. Para tanto, estabeleceu-se um estudo sobre as características da relação de equivalência entre o termo e a sua dimensão aplicada.

Dessa forma, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, pois não se preocupa com a aplicabilidade imediata dos resultados alcançados, uma vez que o processo de constituição e caracterização de termos de uma área técnica/científica é lento⁶, exigindo extensos debates entre especialistas e pesquisadores da área. Ademais, esta é uma pesquisa descritiva, pois apenas observa o fenômeno da equivalência e a existência de ruídos terminológicos. Por conseguinte, a pesquisa também pode ser configurada como um estudo exploratório, pois tem por objetivo analisar as características de equivalência concernentes à terminologia arquivística, domínio que conta com escassas pesquisas.

Quanto à origem dos dados, utilizou-se fontes documentais da NOBRADE, que é um instrumento de descrição arquivística, elaborado sob os preceitos da ISAD (G), que foram adaptados à realidade brasileira. Dessa forma, a NOBRADE consagra-se como uma das principais formas de implementação do intercâmbio de informações arquivísticas entre sociedade e arquivo, dado o caráter social que a descrição possui – elucidando as características do acervo e facilitando o acesso aos usuários.

Em relação à natureza da pesquisa, esta definiu-se como qualitativa, visto que foi realizada

⁶Como exemplo, cita-se o Dicionário de Dermatologia, “[...] fruto de seis anos de pesquisas” (BARROS, 2009, [s.p.]), totalizando cerca de 60 subprojetos.

uma interpretação dos ruídos terminológicos a partir de uma teoria específica, neste caso a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). A motivação para a seleção de tal teoria deu-se pela insuficiência do modelo teórico desenvolvido pela Teoria Geral da Terminologia (TGT), pois ela preconiza a prescrição, ignorando as dimensões sociais que um termo pode assumir; a não postulação da Socioterminologia enquanto teoria, para alguns especialistas; e a ausência de recursos bibliográficos em língua portuguesa referentes à Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST)⁷.

Nesse viés, segundo Cabré Castellví (2003), a Terminologia é um fenômeno complexo que possui múltiplas dimensões, podendo ser analisada por diferentes ângulos e métodos. Logo, as diferentes teorias da Terminologia podem (e devem) ser aplicadas às diferentes necessidades de seus usuários. Ou seja, a Terminologia possui diversos pontos de acesso que respeitam a característica multidimensional de seu objeto.

No tocante ao planejamento da pesquisa terminológica, foi moldada uma ficha, em conformidade às necessidades da pesquisa. Para Krieger e Finatto (2004), a ficha terminológica é imprescindível, podendo ser definida como um registro dos dados ou metadados das informações inerentes a um termo, constituindo um núcleo de informações acerca de um termo ou expressão. Ademais, postula-se que “cada trabalho [terminológico], em suas especificidades, pode exigir um tipo distinto de ficha terminológica. Desse modo, não se pode imaginar que haja um modelo único de ficha que pudesse atender a todas as especificidades dos diferentes trabalhos” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 136).

Complementando a exposição acerca das fichas terminológicas, Barros (2004) estipula, em um primeiro momento do trabalho terminológico, a utilização de fichas de recolha, em que são registrados alguns dados referentes à unidade linguística em estudo. De acordo com a autora, tais fichas podem ser classificadas em ficha de identificação ou ficha de citação inteira. Assim, a ficha de identificação “registra a unidade terminológica, a fonte (referência bibliográfica completa) e, eventualmente, a indicação de que o texto-fonte dá uma definição ou apresenta uma ilustração” (BARROS, 2004, p. 211); já a ficha de citação inteira “registra os mesmos dados que a primeira e, ainda, o contexto e a ilustração” (BARROS, 2004, p. 211).

O modelo presente neste artigo, entretanto, foi a ficha terminológica de extração, utilizada pelo Serviço de Idiomas da Catalunha, desenvolvido por Cabré Castellví (1999), pois a pesquisa é voltada à extração e análise de um único termo (“acervo”), como pode-se observar no Quadro 1.

⁷ Há apenas dois livros sobre Terminologia publicados no Brasil: *Curso Básico de Terminologia*, de 2004, e *Introdução à Terminologia: teoria e prática*, de 2004. Ambos, porém, trazem consigo apenas noções introdutórias sobre a TST, excluindo suas metodologias.

Quadro 1 – Ficha terminológica de extração utilizada pelo Serviço de Idiomas da Catalunha, Universidade de Barcelona

1) Entrada: segmento terminológico encontrado no texto, como aparece ou em uma forma regularizada lexicográfica, sua forma regular.		
2) Categoria gramatical: Deduzida da forma em que é utilizado no texto.	3) Campo de estudos	4) Descrição do contexto
5) Definição/Contexto		
6) Referência: a referência completa da fonte do documento.		7) Autor/Data

Fonte: CABRÉ CASTELLVÍ, 1999, p. 122, tradução nossa (ADAPTADO).

Entretanto, utilizando a adaptabilidade das fichas terminológicas às necessidades manifestadas, a pesquisa não se restringiu ao modelo anteriormente apresentado, acrescentando elementos das fichas de citação inteira e de identidade desenvolvidos por Barros (2004).

Quadro 2 – Ficha terminológica de extração de termos

1) Termo: termo propriamente dito.		
2) Classe gramatical: classe gramatical a que o termo pertence.	3) Área: área do conhecimento de concentração do termo.	4) Idioma: o idioma em que o termo aparece.
5) Definição: definição do termo. Proposta pelo glossário da NOBRADE.		
6) Aplicação: aparições do termo na NOBRADE.		
7) Fonte do termo: a referência da aparição do termo.	8) Número de aparições: número de vezes em que o termo é aplicado dentro do corpo da norma.	9) Comentários: contém observações.

Fonte: Autoria própria (2019).

Assim, ao adaptar a ficha terminológica proposta por Cabré Castellví (1999), alguns campos foram mantidos – classe gramatical, definição –, enquanto outros foram renomeados, a fim de melhor compreender suas funções – termo, que corresponde a entrada; área, que corresponde ao campo de estudos; aplicação, que corresponde a definição do contexto; fonte do termo, que corresponde a referência. Por fim, alguns campos foram adicionados devido à particularidade da pesquisa, sendo esses: número de aparições e comentários.

5 RESULTADOS

Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala⁸ é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime⁹ literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas **uma** palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos (ORWELL, 2009, p. 68-69, grifo do autor).

⁸Idioma fictício criado por Orwell para o livro *1984* (2009).

⁹Palavra inventada por Orwell, que significa ‘possuir pensamentos inaceitáveis’.

O romance distópico *1984* (2009) apresenta uma sociedade mergulhada no totalitarismo. Nela, liberdade corresponde à anulação do indivíduo ao utilizar, como ferramenta de dominação, a alteração dos sentidos e dos significados da linguagem. De certa forma, o cenário apresentado na obra retrata nuances da realidade, como o controle do léxico configurar-se como uma ferramenta política. Isso porque, ao controlar (ou tornar impossíveis) os meios de expressão de pensamentos e de ideias, estabelece-se uma dominação ideológica estruturada nos níveis cognitivos dos indivíduos.

Nesse sentido, o controle de uma língua especializada pode ser considerado tão ou mais político do que o controle do léxico comum, visto que, além de retratar o ambiente social, a língua especializada retrata os conhecimentos técnico-científicos de um campo do saber. Concernente a isso, os problemas relacionados à variação de termos e sua conseqüente equivalência tornam-se, de maneira silenciosa, ferramentas de dominação ideológica. Assim, ao adentrar na problemática do controle do léxico especializado, o indivíduo encontra-se diante de questões relativas à equivalência de termos. A solução, contudo, é ambígua, e os debates acerca da temática comportam diferentes vertentes teóricas. Portanto, com vistas à inicialização de debates sobre a equivalência de termos técnico-científicos voltados à Arquivologia, apresenta-se os resultados com a análise do termo “acervo”, obtidos por meio da aplicação de uma ficha terminológica de extração, para a contextualização do termo *in loco*, ou seja, seu *habitat*: o texto técnico-científico.

Dessa forma, o termo acervo, encontrado 59 vezes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, foi analisado em 57 casos diferentes. Essa seleção justifica-se como forma de evitar repetições, visto que a análise proposta está relacionada ao conteúdo presente no glossário e à sua respectiva aplicação; o termo em si, também, não foi analisado no índice remissivo da obra. Porém, como forma de evidenciar a dissonância encontrada no significado de acervo, realizou-se uma análise do termo presente no índice gestão do acervo (Item 52), pois gestão do acervo refere-se à gestão da totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora. Ainda, em oposição, a gestão documental deve abarcar apenas as fases correntes e intermediárias do documento, sendo o arranjo encarregado do manuseio aos documentos permanentes, segundo a Lei n. 8.159/1991¹⁰.

Durante a análise, portanto, percebeu-se o uso do termo **acervo** como sinônimo de **nível de descrição** (Item 1; 2; 10; 11 etc.). Dessa forma, **acervo** enquanto **nível de descrição** define-se como um dos seis principais níveis de descrição que não precisa, obrigatoriamente, ser implementado

¹⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991, p. 455. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

(Item 1; 3), ocasionando certo descompasso entre as afirmações. Ademais, a própria definição do termo **nível de descrição**, no Glossário da Norma, não abarca **acervo** enquanto um **nível de descrição**. Assim sendo, a definição do termo acervo proposta pela Norma, se tornou insuficiente, não refletindo a realidade do significado e uso do termo.

Em um segundo momento, constatou-se alguns usos dissonantes ou redundantes do termo **acervo**, como em: “acervo da entidade custodiadora” (Item 1), visto que o acervo pertence a entidade custodiadora, tornando a afirmação redundante; “totalidade do acervo de uma entidade custodiadora” (Item 3), pois o acervo é a totalidade, por si; “acervo predominantemente textual” (Item 15); “acervo do qual, no seu todo” (Item 18); “parcelas do acervo original” (Item 26); “acervos documentais” (Item 32), “acervo museográfico” (Itens 48 e 51), “acervo bibliográfico” (Item 49) e “acervo arquivístico” (Item 50). A assertiva encontra razão quando, ao serem comparadas com a definição proposta no glossário da NOBRADE (“totalidade de documentos de uma entidade custodiadora”), tais expressões encontram interferência em seu significado. Desse modo, a afirmação “totalidade de acervo” ou “acervo do qual, no seu todo” é redundante, pois acervo já é a totalidade, assim como a afirmação “acervos documentais”, visto que acervos são compostos por documentos. “Acervo predominantemente textual” encontra-se, igualmente, no quadro de redundância, pois a totalidade de documentos não pode ser predominantemente textual. Neste último caso, percebeu-se o uso do termo **acervo** como “documentos integrantes ao acervo”.

Ainda, em relação à definição proposta pelo glossário da NOBRADE, não são informados critérios para a divisão da totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora. Portanto, ao se definir a divisão do **acervo** em **acervo arquivístico**, **acervo bibliográfico** ou **acervo museográfico**, ocorre uma divisão não natural de um todo, que é o próprio **acervo**. A Norma realiza orientações, também, quanto à descrição da natureza de acumulação de um acervo, ou seja, se fundo ou coleção, apesar de (Item 5) não fazer menções à organicidade documental. Por consequência, levantaram-se algumas questões pertinentes: acervos, concomitantemente, podem produzir documentos de forma orgânica (fundo) e de forma artificial (coleção). A exemplo, tem-se a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que, além da documentação produzida e recebida no decorrer de suas atividades, possui em sua custódia a documentação concernente ao Museu Gama D’Eça. Entretanto, não há referências na Norma às descrições possíveis, quando a natureza de acumulação de uma instituição custodiadora for dupla (fundo e coleção).

Em última análise, o termo **acervo** é empregado como sinônimo dos **termos fundo e/ou coleção**, vide Itens 28, 29, 30, 31, 40, 41 e 42. Diante disso, cabe ressaltar que, quando a totalidade

da documentação de uma entidade custodiadora tenha por características a organicidade e naturalidade de acumulação, **acervo** considerar-se-á sinônimo de **fundo**. Os casos expostos pela NOBRADE, entretanto, não se relacionam à totalidade dos documentos de uma entidade custodiadora, mas sim a algumas parcelas do acervo, como pode-se observar no Quadro 3:

Quadro 3 – Ficha terminológica de extração do termo “acervo”

1) Acervo.		
2) Substantivo masculino	3) Arquivologia.	4) Português
5) Totalidade de documentos de uma entidade custodiadora.		
6)		
1. “Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: <u>acervo</u> da entidade custodiadora (nível 0) [...]” (p. 11).		
2. “São admitidos como níveis intermediários [de descrição] o <u>acervo</u> da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5)” (p. 11).		
3. “Nem todos os níveis precisam ser implementados: o nível 0 é útil para descrições gerais da totalidade do <u>acervo</u> de uma entidade custodiadora [...]” (p. 11).		
4. “Nem todos os níveis precisam ser implementados: [...] o nível 0,5 somente cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam <u>acervos</u> e dão acesso a eles em diferentes endereços [...]” (p. 11).		
5. “Data de acumulação – Elemento de identificação cronológica que leva em consideração variantes da história de formação do <u>acervo</u> como herança de fundos, sucessão arquivística e aquisições por compra ou doação” (p. 14).		
6. “Entidade custodiadora – Entidade responsável pela custódia e acesso a um <u>acervo</u> ” (p. 15).		
7. “Nível de arranjo – Posição dos documentos em uma estrutura hierarquizada de organização de um <u>acervo</u> ” (p. 16).		
8. “Nível de descrição – Posição da unidade de descrição em uma estrutura hierarquizada de organização de um <u>acervo</u> ” (p. 16).		
9. “Exemplos: BR MN; <i>Museu Nacional (Brasil)</i> ; Nota: Para o <u>acervo</u> da entidade custodiadora Museu Nacional (Brasil), nível 0” (p. 21).		
10. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; 1 Área de identificação [...]; 1.2 Título [...] Procedimentos: [...] 1.2.4 Ao atribuir títulos, registre-os de maneira concisa e observe as recomendações abaixo: 1.2.4.1 No nível de descrição 0 (<u>acervo</u> da entidade custodiadora), registre como título o nome da entidade” (p. 22).		
11. “São considerados seis principais níveis de descrição, a saber: nível 0 = <u>acervo</u> da entidade custodiadora [...]” (p. 26).		
12. “São admitidos níveis intermediários [de descrição], representados da seguinte maneira: <u>acervo</u> da subunidade custodiadora = nível 0,5; subseção = nível 2,5; subsérie = nível 3,5” (p. 26).		
13. “[O elemento de descrição 1.5 Dimensão e suporte] constitui informação estratégica para planos de pesquisa e gestão do <u>acervo</u> ” (p. 27).		
14. “O registro normalizado das dimensões permite obter somatórios, propiciando políticas e ações de reprodução, de conservação e de organização de <u>acervos</u> ” (p. 27).		
15. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; 1 Área de identificação [...]; 1.5 Dimensão e suporte; [...] Procedimentos: [...] 1.5.2 Em caso de <u>acervo</u> predominantemente textual e na ausência de informação discriminada dos demais gêneros que compõem o acervo, deve-se indicar as dimensões em metros lineares” (p. 27).		
16. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; 1 Área de identificação [...]; 1.5 Dimensão e suporte; [...] Procedimentos: [...] 1.5.2 Em caso de acervo predominantemente textual e na ausência de informação discriminada dos demais gêneros que compõem o <u>acervo</u> , deve-se indicar as dimensões em metros lineares” (p. 27).		
17. “O produtor é a entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do <u>acervo</u> ” (p. 30).		
18. “Apesar de o produtor do <u>acervo</u> poder ser autor de boa parte dos documentos que o integram, produtor e autor devem ser considerados figuras distintas” (p. 30).		
19. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; 2.1 Nome(s) dos produtor(es); [...] Procedimentos: 2.1.1 Identificação do produtor; 2.1.1.1 No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado um <u>acervo</u> do qual, no seu todo, se reconheça apenas um produtor registrar seu nome, obedecendo a regras e convenções (ver <i>Indicação do nome do produtor em 2.1.2</i>)” (p. 30).		
20. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; 2.1 Nome(s) dos produtor(es); [...] Procedimentos: 2.1.1 Identificação do produtor; [...] 2.1.1.2 No nível de descrição 1 (fundo/coleção), dado		

um <u>acervo</u> que contenha documentos de vários produtores, indique todos os seus produtores” (p. 30).
21. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; 2.1 Nome(s) dos produtor(es); [...] Procedimentos: 2.1.1 Identificação do produtor; [...] 2.1.1.3 Se o <u>acervo</u> tiver mais de um produtor e sua organização preservar nos níveis de descrição 2 a 3 a parcela correspondente a um ou mais de um deles, registre o(s) nome(s) desse(s) produtor(es) no(s) nível(eis) pertinente(s)” (p. 31).
22. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; 2.1 Nome(s) dos produtor(es); [...] Procedimentos: 2.1.1 Identificação do produtor; [...] 2.1.1.4 Dado um <u>acervo</u> cujo produtor teve o nome alterado ao longo do tempo, registre os sucessivos nomes, desde que justificados pelas datas-limite do acervo, e explicithe essas alterações em <i>História administrativa ou biografia (2.2)</i> ” (p. 31).
23. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; 2.1 Nome(s) dos produtor(es); [...] Procedimentos: 2.1.1 Identificação do produtor; [...] 2.1.1.4 Dado um acervo cujo produtor teve o nome alterado ao longo do tempo, registre os sucessivos nomes, desde que justificados pelas datas-limite do <u>acervo</u> , e explicithe essas alterações em <i>História administrativa ou biografia (2.2)</i> ” (p. 31).
24. “Recomenda-se, especialmente no caso das entidades corporativas, a identificação da natureza jurídica e o seu âmbito de ação, se entidade pública ou de direito privado, se federal, estadual ou municipal etc. Este tipo de dado corresponde, na ISAAR (CPF), ao <i>Status legal</i> e constitui informação que facilita o rastreamento do <u>acervo</u> ou de parcelas de acervo de produtores com perfis específicos” (p. 32).
25. “Recomenda-se, especialmente no caso das entidades corporativas, a identificação da natureza jurídica e o seu âmbito de ação, se entidade pública ou de direito privado, se federal, estadual ou municipal etc. Este tipo de dado corresponde, na ISAAR (CPF), ao <i>Status legal</i> e constitui informação que facilita o rastreamento do acervo ou de parcelas de <u>acervo</u> de produtores com perfis específicos” (p. 32).
26. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; [...] 2.3 História arquivística [...] Regra(s): identifique a natureza da acumulação do <u>acervo</u> e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição” (p. 34).
27. “Este elemento [2.3 História arquivística] serve para o registro de informações que contextualizam tecnicamente um <u>acervo</u> . Assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção), a história da gestão da unidade de descrição antes de sua entrada na entidade custodiadora, bem como tratamentos técnicos anteriores” (p. 34).
28. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; [...] 2.3 História arquivística [...] Procedimentos: 2.3.1 No nível de descrição 1, identifique se o <u>acervo</u> descrito é um fundo ou uma coleção” (p. 35).
29. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 2 Área de contextualização; [...] 2.3 História arquivística [...] Procedimentos: [...] 2.3.8 Informe sobre destinações distintas dadas a parcelas do <u>acervo</u> original relacionadas à unidade de descrição” (p. 35).
30. “Exemplos: [...] Em 1989, durante a realização do Guia de <u>Acervos</u> Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff [...]” (p. 35).
31. “Exemplos: [...] Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do <u>acervo</u> , estando igualmente disponíveis para consulta” (p. 35).
32. “Exemplos: [...] Artur Vieira Peixoto, cunhado do titular, fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o <u>acervo</u> e, em 1917, solicitou a Nilo Peçanha autorização para que este fosse depositado no Ministério das Relações Exteriores” (p. 36).
33. “Exemplos: [...] Nos anos de 1931, 1933, 1935 e 1937, novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do <u>acervo</u> ” (p. 36).
34. “Exemplos: [...] O arranjo dividiu o <u>acervo</u> em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso, criando dentro destes as seguintes séries: Correspondência, Administração, Impressos, Fotografias, Diversos e Peça de Museu” (p. 36).
35. “Exemplos: [...] Em 2001, o Arquivo Nacional, no âmbito do projeto de Preservação dos <u>Acervos</u> Documentais Privados dos Presidentes da República, do Programa Brasil Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, recebeu verba para reorganização deste fundo, o que foi realizado, nos moldes da ISAD (G), de 2001 a 2003” (p. 36).
36. “Exemplos: [...] Não se tem informação sobre a parcela documental que integra o <u>acervo</u> custodiado pelo Museu Nacional, por exemplo, as atas das reuniões que deliberavam sobre a censura dos filmes” (p. 36).
37. “Exemplos: [...] FARIAS, Maria Dulce de. Preciosidades do <u>acervo</u> : o mapa das missões de Mojos e Chiquitos. <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , Rio de Janeiro” (p. 48).
38. “ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO; [...] 8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos; 8.1 Pontos de

<p>acesso e indexação de assuntos; [...] Procedimentos: [...] 8.1.2 No que diz respeito aos elementos de descrição obrigatórios em sistemas manuais de descrição, recomenda-se cuidar especialmente dos elementos <i>Produtor (2.1)</i> e <i>Título (1.2)</i> para a geração de índices, desde que as dimensões e a variedade do <u>acervo</u> o justifiquem” (p. 59).</p>		
39. “Modelo de níveis de descrição: <u>Acervo</u> da entidade custodiadora – Nível 0” (p. 62).		
40. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] Em 1989, durante a realização do Guia de <u>Acervos</u> Privados dos Presidentes da República [...]” (p. 65).		
41. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do <u>acervo</u> , estando igualmente disponíveis para consulta” (p. 65).		
42. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] Não se tem informação sobre a parcela documental que não integra o <u>acervo</u> custodiado pelo Museu Nacional, por exemplo, as atas das reuniões que deliberavam sobre a censura dos filmes” (p. 73).		
43. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] fez inúmeras tentativas para preservar e divulgar o <u>acervo</u> e, em 1917, solicitou a Nilo Peçanha autorização para que este fosse depositado no Ministério das Relações Exteriores” (p. 83).		
44. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] novas tentativas, sem êxito, são feitas para organização e publicação do <u>acervo</u> ” (p. 83).		
45. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] O arranjo dividiu o <u>acervo</u> em dois grandes grupos, Governo Legal e Governo Revoltoso [...]” (p. 83).		
46. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] projeto de Preservação dos <u>Acervos</u> Documentais Privados dos Presidentes da República [...]” (p. 83).		
47. “NÍVEL FUNDO; [...] 3 Área de conteúdo e estrutura [...] 3.4 Sistema de arranjo: O <u>acervo</u> está organizado em cinco seções: Governo Legal, Revoltosos, Documentos Pessoais, Documentos Complementares e Produção Intelectual. Dentro destas está dividido em séries e subséries” (p. 84).		
48. “NÍVEL FUNDO; [...] 2 Área de contextualização [...] 2.3 História arquivística: [...] Concomitantemente às atividades desenvolvidas pelo titular, o seu <u>acervo</u> foi reunido naturalmente, no próprio Museu Nacional sendo mantido sob a custódia da instituição após o seu falecimento” (p. 94-95).		
49. “NÍVEL FUNDO; [...] 3 Área de conteúdo e estrutura [...] 4.5 Instrumentos de pesquisa: [...] FARIAS, Maria Dulce de. Preciosidades do <u>acervo</u> : O mapa das missões de Mojos e Chiquitos. <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> . Rio de Janeiro” (p. 108).		
50. “NÍVEL <u>ACERVO</u> DA ENTIDADE CUSTODIADORA” (p. 115).		
51. “NÍVEL <u>ACERVO</u> DA ENTIDADE CUSTODIADORA; 1 Área de identificação [...] 1.5 Nível de descrição: (0) <u>acervo</u> da entidade custodiadora” (p. 115).		
52. “NÍVEL <u>ACERVO</u> DA ENTIDADE CUSTODIADORA; [...] 3 Área de conteúdo e estrutura ; 3.1 Âmbito e conteúdo: <u>Acervo</u> museográfico: exsiccatas, fósseis, ossadas, múmias, minerais, meteoritos, espécimes zoológicos, objetos, artefatos e equipamentos de tribos indígenas e de diversos campos do conhecimento – antropologia biológica e social, arqueologia, botânica, etnologia, etnografia, linguística, geologia, paleontologia e zoologia. Material sonoro sobre línguas indígenas” (p. 116).		
53. “NÍVEL <u>ACERVO</u> DA ENTIDADE CUSTODIADORA; [...] 3 Área de conteúdo e estrutura ; 3.1 Âmbito e conteúdo: [...] <u>Acervo</u> bibliográfico: obras raras, <i>in-folios</i> , mapas, publicações, periódicos e teses sobre ciências naturais e antropológicas (antropologia biológica, antropologia social, arqueologia, botânica, etnologia, filosofia, geologia, história, linguística, paleontologia, sociologia, viagens e expedições científicas, zoologia)” (p. 116).		
54. “NÍVEL <u>ACERVO</u> DA ENTIDADE CUSTODIADORA; [...] 3 Área de conteúdo e estrutura ; 3.1 Âmbito e conteúdo: [...] <u>Acervo</u> arquivístico: arquivo institucional (geral, departamentos e projetos) e arquivos e coleções de cientistas” (p. 116).		
55. “ BIBLIOGRAFIA [...]; FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. <i>Thesaurus para acervos museológicos</i> . Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadora Geral de <u>Acervos</u> Museológicos” (p. 118).		
56. “ BIBLIOGRAFIA [...]; FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. <i>Thesaurus para acervos museológicos</i> . Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadora Geral de <u>Acervos</u> Museológicos” (p. 118).		
57. “ ÍNDICE [...] Gestão do <u>acervo</u> ” (p. 121).		
7) NOBRADE.	8) 59 aparições.	9) Não foram analisados alguns itens: Glossário (p. 14) e Índice (p. 119). Entretanto, para evidenciar a dissonância percebida na utilização

		do termo no interior da Norma, analisou-se o termo gestão do acervo , presente no Índice.
--	--	--

Fonte: BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou estabelecer um estudo comparativo entre as definições e as aplicações do termo **acervo**, através da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a fim de mapear possíveis dissonâncias do seu uso. Para isso, baseou-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia. Desse modo, o estudo dedicou-se às possibilidades de variação terminológica dentro do campo da descrição arquivística.

A seleção amostral da análise recaiu, desse modo, à escolha do termo **acervo**, uma tentativa sutil de demonstrar as diferenças que os trabalhos terminológicos prescritivos e descritivos abrangem: enquanto o primeiro se preocupa com a unicidade dos termos, o outro se preocupa com as representações do termo *in loco*. Nesse sentido, a análise terminológica, seguindo os parâmetros estabelecidos pela TCT, não é uma tarefa simples e, por considerar a inexistência de termos ou palavras *a priori*, a Teoria Comunicativa da Terminologia pressupõe a compreensão do contexto em que o termo se insere. Decorreu-se, então, uma revisão bibliográfica dos conhecimentos adquiridos durante a graduação em Arquivologia, como forma de contextualização dos conceitos inerentes à descrição arquivística.

Em relação à análise, evidenciou-se que a reflexão proposta girou em torno da variação na terminologia da descrição arquivística do termo **acervo**, a qual provoca interferência na comunicação entre falantes de português do domínio de especialidade. Diante disso, este artigo tece caminhos às problemáticas concernentes à terminologia arquivística, desenvolvendo reflexões e propostas aos problemas comunicacionais da área, os quais poderão, em algum momento, dar margem a novos questionamentos e reflexões, originando novas pesquisas. Isto é, o estudo apresenta uma contribuição tanto à Terminologia quanto à Arquivologia

Ademais, segundo Aristóteles, o homem é um animal político e, nesse viés, questiona-se: por que a linguagem, representação em signos de uma sociedade, estruturação cognitiva do cérebro humano, não seria transformada em um meio de dominação? Afinal, desconsiderar o uso dos termos técnico-científicos como uma ferramenta de dominação é, ao mesmo tempo, refutar a própria cientificidade do campo. A dominação é intrínseca ao ser humano. As manifestações, de todos os gêneros, são políticas. Por fim, percebe-se que tudo se conecta: homem, natureza, pensamento, sociedade. E a linguagem é o fio condutor desta interlocução. A Arquivologia, nesse cenário, é a ciência que tem por finalidade a salvaguarda de todas essas interlocuções.

REFERÊNCIAS

BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia Arquivística Brasileira**: estudo exploratório de publicações e termos. Rio de Janeiro, 2016. 252p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2004. (Acadêmica; 54).

____. Apresentação. In: ____ (Coord.). **Dicionário de Dermatologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. [s.p.]. Disponível em: <<http://sobende.org.br/pdf/Dicionariodermatologia.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BENVENISTE, Émile. Gênese do Termo “*scientifique*”. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989. cap. 17, p. 252-258.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 124. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

CABRÉ CASTELLVÍ, Maria Teresa. La Terminología Hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 1-15, dez. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

____. **Terminology**: theory, methods, and applications. Países Baixos/Amsterdã: John Benjamins Pub. Co., 1999.

____. Theories of Terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**: International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication, Países Baixos/Amsterdã, John Benjamins Pub. Co., v. 9, n. 2, jan. 2003, p. 163-199.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19–22 set. 1999, versão final aprovada pelo CIA. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. [Publicações Técnicas: n. 49]. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Lingüística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Tradução por Maria Carmelita Pádua Dias.

DUBUC, Robert. **Manuel pratique de Terminologie**. Montréal: Linguattech; Paris: Conseil International de La Langue Française, 1978.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Terminology work** – vocabulary: 1087–1, Part. 1: theory and application = **Travaux terminologiques** – vocabulaire: 1087–1, Partie 1: théorie

et application. 1. ed. Genève: International Organization for Standardization, 2000.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Barão de. Das Leis em Geral. In: _____. **O Espírito das Leis**. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Paidéia). Livro Primeiro, p. 11–17.

NAGEL, Rolf. **Dicionário de Termos Arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Biblioteconomia e Documentação; Alemanha/Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, 1989.

OLIVEIRA, Ana Amélia Furtado de. **Estudo da Terminologia de Atas de Assembleias Brasileiras e Francesas e Proposta de Glossário Adequado a esse Conjunto Terminológico**. 2015. 168p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, SP, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138483>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ORWELL, George. **1984**. 24. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REY, Alain. Origins and Development of Terminology. In: _____. **Essays on Terminology**. Traduzido e editado por Juan C. Sager. Países Baixos/Amsterdã: John Benjamins Pub. Co., 1995. cap. 1, p. 3-16.

SILVA, Odair Luiz da. **Das Ciências do Léxico ao Léxico nas Ciências**: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária. 2008. 334 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103591/silva_ol_dr_arafcl.pdfsequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2018.

NOTAS DE AUTORIA

Larissa Pereira Carlini

Arquivista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, é arquivista do Instituto de Assistência à saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE-SAÚDE).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2152618399157586>

Danilo Ribas Barbiero

Graduado em Arquivologia, Especialista em Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à Educação, Mestre e Doutor em Educação. Experiência em EaD, tutor a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão em Arquivos. Professor Adjunto no Departamento de Arquivologia, vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3378266559534734>